

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Livros e leituras em Pernambuco no século XVIII

Gilda Maria Whitaker Verri*

Resumo: As reformas pombalinas no sistema educacional aumentaram a circulação de livros e leituras. Além da religião, autores e títulos disseminaram novos temas em Pernambuco.

Palavras-chave: Livros e leituras – História do livro – História cultural.

Abstract: The Pombal's educational reform increased the flow of books and spreading themes to new areas. Besides religion, authors and titles established new readings in Pernambuco.

Keywords: Books and readings – History of books – Cultural history.

Na segunda metade do XVIII os livros estavam sujeitos à trajetória interna definida pela aliança entre a Igreja e a Coroa Portuguesa. Primeiro pela *Real Mesa Censória*, depois pela alfândega, passavam todos os pedidos para embarque ou desembarque de livros para o ultramar. As medidas coercitivas atingiam os domínios portugueses, e a “censura designava um julgamento, pelo qual se condenava uma ação ou obra, contendo uma correção ou reprimenda feita por um superior ou pelo público” (FURETIÈRE, 1995:18).

As reformas pombalinas no sistema educacional propiciaram a circulação e a difusão de novas idéias na colônia. Correspondências, viagens, intercâmbios com sociedades científicas, eram atividades dos letrados daqui e dali-mar. Notícias em periódicos e folhetos circulavam, notando o historiador Banha de Andrade que o Padre Monteiro, em 1762, estava “entre os assinantes da *Gazeta Literária do Porto*”, em Pernambuco (ANDRADE, 1965: 1-9).

Quais autores¹ foram autorizados para leitura no ultramar? Quais os títulos lidos em uma sociedade sem imprensa, no século do Iluminismo europeu? As respostas firmaram-se em Lisboa, no conjunto de manuscritos preservados, relativos a 1769, 1795, 1796, 1799, contendo um total de 650 referências.² Dois inexplicáveis intervalos, um de 24, outro de três

* Professora da Universidade Federal de Pernambuco, Doutora em História.

¹ “A personagem do autor constitui ainda uma novidade no final do século”, escreve Michel VOVELLE, na “Introdução” de *O homem do Iluminismo*.

² Conforme pesquisa desenvolvida entre 2000-2005 (VERRI, G. M. W., 2006)

anos, demonstraram falta de informações. Mas as infóvias das bibliotecas nacionais de Portugal e França possibilitaram reconhecimento de autores, composição de títulos, tamanhos de livros, informações tipográficas, ou nome de oficinas, cidade em que foi dado ao prelo, ano dado a correr. Protocolos de descrição e formas de controle bibliográfico propuseram nova dimensão ao conjunto de obras enviadas para pessoas, ou para bibliotecas conventuais, sinalizando possibilidades de acesso aos textos, com repercussões até os dias atuais.

Dois manuscritos compulsados, de janeiro e fevereiro de 1769, solicitaram de forma emblemática, autorização para enviar a Pernambuco, a *Bíblia* de Du Hamel. Versão vulgata, difundida em 1706, traduzida pelo oratoriano, cientista, filósofo e teólogo francês, Jean-Baptiste Du Hamel, tratado nas petições como autor (VOVELLE, 1997:23). Em fevereiro, os negociantes Valle e Perez solicitaram o envio de onze livros, dos quais cinco mencionavam o nome do responsável pela obra, incluindo o tradutor tomado como autor. A questão sugere um breve entendimento sobre o sentido de autoria, ou do nome daquele estudioso ou filósofo que escrevera ou compilara o texto sob encomenda, fruto da generosidade do soberano. Seria, portanto, o *letrado*, na acepção de Voltaire, responsável pela obra, visto que *autor* seria aquele a viver da própria pena, exposto “à ganância dos livreiros, à inveja dos colegas, ao juízo dos néscios. Contrário à profissionalização do ofício de escritor, que implica uma dependência insustentável em relação às regras do mercado literário” (CHARTIER 1997:117-153). Talvez Valle e Perez tenham sido precursores do uso do nome de quem escrevera a obra, entendido por autor, para atender exigência da Mesa, conforme ordenado a Joaquim Joze Marques: “declare o nome dos Autores mencionados no catalogo incluzo”.³

Na remessa constavam “Colleção das palavras familiares” e “Elementos de Rethorica do Padre Antonio Pereyra”⁴, para cursos sobre eloquência ministrados pelos Oratorianos. Teólogo, canonista, o oratoriano Antonio Pereira de Figueiredo, um “brilhante polemista também especialista em didática latina” (FRANCO) exercia a função de Deputado Ordinário da Real Mesa Censória. Estava ligado à escola de Nossa Senhora das Necessidades, símbolo de qualidade no ensino. Escrevera *Novo methodo de grammatica latina para uso das escholas da Congregação do Oratório*, o que fez Inocêncio da Silva anotar “como este methodo é tido por impróprio para o ensino e vicioso por sua redundância” (ANDRADE, 1965:1-9). Reimpresso, “dividido em duas partes” foi enviado um exemplar⁵

³ PORTUGAL. IANTT. RMC, Cx 161-1795.

⁴ Disponível em: < <http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe/queryp>>

⁵ Revogado o sistema de ensino dos jesuítas, o alvará de 28 de junho de 1759 impôs a obrigatoriedade do *Novo methodo*.

por mais dois portadores. O Padre Figueiredo fora responsável por traduções da vulgata latina da *Bíblia Sagrada*, enviadas entre 1795-99 por seis portadores, incluindo um padre. A divulgação de suas obras estendeu-se até 1799, quando vieram *Principios da historia ecclesiastica*, e *Reinado do amor*.

Simão Pires Sardinha, vivendo na Corte, sócio correspondente da Academia de Ciências, arqueólogo, mineralogista, sargento-mor, enviara Resposta de Pascoal José de Mello contra a censura do compendio *Historia Juris Civilis Lusitani*, do Padre Figueiredo. Tratava-se de exposição e parecer contrário dado à obra *História do Direito Pátrio*, de Mello Freire, do Real Colégio das Ordens Militares e lente substituto em Coimbra.

Intelectual próximo ao marquês de Pombal, o Padre Figueiredo teve um exemplar de quase todas as obras ao alcance dos leitores da Província. Algumas pertenceram ao Bispo Dom Thomaz da Encarnação Costa e Lima, cônego regrante de Santo Agostinho, primeiro brasileiro em Pernambuco a sentar-se na cadeira episcopal entre 1774-84. Em testamento, deixara: *Novo Testamento de Jesus Christo*, traduzido segundo a vulgata, com várias anotações históricas, dogmáticas e morais. Mais, *Livro dos Salmos* e *Antonii Pereriae de non definita in Concilio Tridentino*⁶, não referidos nas petições.

De 1769 três petições foram preservadas, contendo 20 títulos, dos quais 15 eram de teologia, incluindo um *Breviarium*. Foram: *Compendio da historia ecclesiastica*, Berti, *Theologia Univers*, Charmes, *Panegiricos*, e *outros sermões*, Flechier, *Sermons*, de Massilon, Bispo de Clermont. Berti e Fléchier reapareceram em 1796, reenviados por Domingos Torres.

Mencionado “Genuensis, Lógica” por Valle e Perez indicava que escritos de Genovese tinham repercussão entre oratorianos, por isso solicitado por mais três portadores num total de 12 exemplares. *Elementorum artis lógico* fora impresso em Veneza, cidade que ainda se mantinha como centro do saber clássico, onde Aldus Manutius começara a imprimir “alguns dos volumes mais belos da história da imprensa” (MANGUEL, 1997:161). Genovese era conhecido pela *Lezioni di Commercio o sia d’Economia Civile*, obra completa sobre economia política, sem registro de exemplares em Pernambuco. As obras de Genovese, inclusive *Elementa physicae experimentalis*, foram transportadas por M. Correia, Cavaleiro da Ordem de Cristo. Roque de Moura portou seis *Elementorum metaphisicae*. Marcos de Oliveira enviou duas *Instituições logicas escritas para uzo da mocidade*. As *Lições de metafysica feitas para uso dos principiantes* comprovaram o sucesso do autor, com petições assinadas por quatro mercadores e um padre da Casa do Espírito Santo, com pedido para enviar dez livros.

⁶ Disponível em: < <http://sirius.bn.pt/sirius/sirius.exe>>

Se Genovesi conseguira fazer circular em Pernambuco 14 exemplares reproduzidos de sua pena, se vivendo do escrito, talvez pudesse ser chamado autor, segundo considerações da época. O iluminista, que “representava a opinião da Coroa” (PAIM, 1977:9) com ampla divulgação em Coimbra, era antes um pensador/professor. Porque, além dos “primeiros e simplicíssimos preceitos do filosofar” (GENOVESI, 1977: 21), orientava o leitor a adotar um método de estudo, explicando como interpretar o escritor no seu tempo, dando sentido às palavras na língua original. As práticas de leitura propiciariam a verdade em seus diversos ângulos quaisquer fossem as obras.

Em 1769, chegou o *Catecismo de Montpellier*. Traduzido pelo Bispo Colbert, para o Bispado de Coimbra e ensino obrigatório da doutrina cristã aos meninos em escolas do reino e domínios, servia para ensinar a ler, escrever e contar, em fins do século XVIII e meados do XIX. As *Instrucções geraes em forma de catecismo* eram de François Gouget. Cinco exemplares aportaram em quarto remessas⁷. Na mesma lista estava a quase enciclopédia, *Recreação filozofica, ou dialogo sobre a filozofia natural, para instrucção de pessoas curiozas, que não frequentarão as aulas*, do oratoriano Teodoro de Almeida. Três exemplares foram remetidos. Depois, chegaram três títulos do autor: *Tesouro de paciencia nos Chagas de Jesu Christo*, *Gemidos da Mai de Deos aflita*, enviado por um portador e um padre. *O feliz independente* chegou por três portadores, com acréscimo: *Entretenimentos do coração devoto com o Santíssimo Coração de Jesus*.

Entre os 37 títulos registrados em 1795 contaram-se 20 relativos à religião. *Paraiso de Divinas Flores, ou Horas Lusitanas*, escrito por Santos Neto, contendo ofício de defuntos, salmos penitenciais, ladainha de todos os santos, preces e orações cotidianas. Foi também autorizada a remessa de outro devocionário, organizado por Frei Sarmento, *Horas marianas*, contendo calendário dos santos, indulgências para quem rezasse o pequeno ofício [*officium parvum*] dedicado à Maria. Era “aprovado pela Santa Igreja e exposto na lingua portugueza para os Cavalleiros das Ordens Militares, e para todas as pessoas, que por sua devoção o quizerem rezar”. Três portadores e um padre refizeram a remessa, um exemplar por portador⁸. *Horas portuguesas*, de Vilela e *Horas Portuguezas*, de Carneiro vieram com oito portadores.

Obras de utilidade destinadas à preparação das escolas maiores, conforme recomendações feitas por Ribeiro Sanches (2003) foram recebidas a partir de 1795: *Geografia moderna precedida de hum pequeno tratado da esfera, e globo terrestre*, de Silva

⁷ Constava do testamento do D. Thomaz da Encarnação.

⁸ A larga difusão das *Horas marianas* faria notar que, em Canudos (BA), Antônio Conselheiro as trazia sempre consigo (CUNHA, 1986:122).

Rego, enviada por dois negociantes. Incluído também *Novo atlas para uso da mocidade portuguesa* e a segunda edição: *Atlas moderno para uso da mocidade*, enviada por quarto portadores, incluindo o *Diccionario geografico*, de Cardoso, mais *Descrição topografica e historica da cidade do Porto*, *Successos de Portugal*, e *Do sitio de Lisboa*.

Sobre a História chegaram *Histórias proveitosas e instructivas*, com apêndice: *Tractado de geographia*. O presbítero secular da Congregação do Oratório, Joze Nunes remeteu Lucius Florus, *Historiae romanae res memorabiles*. Outros portadores enviaram *Historia do Imperio da Russia no tempo de Pedro o Grande*, *Historia universal*, do Abade Millot, e *História dos descobrimentos e conquistas dos portuguezes no novo mundo*. Mais *Historiarum liber accuratissima* e *História do descobrimento e conquista da India pelos Portuguezes*, de F. Castanheda. Por interesse de algum leitor, a encomenda feita a Joaquim Guimarães, *Revolução e estado actual de França*, sem autoria, continuou a despertar leitores, tanto que o pedido foi renovado pelo Padre Mattos e mais dois portadores, incluído *Histoire du clergé pendant la révolution françoise*, do Abade Barruel, enviado por Frei Manoel da Conceição. O movimento revolucionário ocorrido na Europa era conhecido pelos religiosos vivendo em conventos de Olinda. O viajante Tollenare disse teria certeza ao encontrar frades em 1816 porque “foi preciso fazer frente ao guardião e a um outro frade, aos quais nenhuma das circunstâncias da nossa Revolução francesa era estranha; as suas infundáveis controvérsias demonstravam a sua erudição e o desejo de se instruir” (TOLLENARE, 1978:26).

Entre 1796-99 as Biografias obtiveram espaço, atraindo leitores. Joze Antonio da Silva, provável comerciante, foi o grande incentivador de História e Biografias: *Historia da vida do Papa Ganganelli Clemente XIV da Ordem de S. Francisco*. *Historia do Imperio da Russia no tempo de Pedro o Grande*. Ainda: *Panegyrico historico do Serenissimo Senhor Infante Dom Manoel*, de Barbosa Machado. *Elogios do condestable D. Nuno Alvares Pereira e Affonso d'Albuquerque*, de Oliveira. *Historia do Imperador Carlos Magno*, de Jeronymo de Carvalho. *Historia dos judeos*, de Flávio Josefo. *Vida de D. João de Castro IV Viso-Rey da Índia*, de Andrada também enviada por outro portador e um padre. *Elogios historicos dos senhores reis de Portugal*, do cisterciense Bernardo de Brito. *Chronica do Emperador Clarimundo*, de João de Barros. *Vida do glorioso S. José Calasans da Mãe de Deos*, do Padre Carvalho. *Vida de Jesus Christo Senhor Nosso*, do Padre Castro. Foram acrescentados: *Compendio chronologico das vidas dos papas*, e *De la vida, y acciones de Alexandre el Grande*, de Quinto Curcio Rufo. *Vida del ilustrissimo y excelentissimo señor Don Juan de Palafox y Mendonza*, de Gonzalez de Rosende.

No traçado das datas, em 1795 destacaram-se *Discursos juridicos em que se contem varias materias uteis aos principiantes com os assentos da Casa da Supplicação*, escritos por Almeida e Amaral Botelho. A Casa da Supplicação criada no século XVI era um dos três tribunais instituídos pela monarquia portuguesa para julgar recursos ligados diretamente ao poder real, portanto, o leitor estaria entre os magistrados ou as autoridades estabelecidas na cidade. No ano seguinte, dois portadores transportaram *Elementos do Direito Natural*, compostos por Burlamaqui.

Para classes de contar vieram: *Taboada curiosa*, de João Garrido. *Proposições de principios fundamentaes d'arithmeticas*, de Viterbo. Joze Antonio da Silva remeteu 20 exemplares de *Elementos de Arithmetica*, de Bézout, obra de grande uso na Europa e Estados Unidos, com tradução de Monteiro da Rocha, impressa em Coimbra⁹, por ordem do Marquês de Pombal, adotada no curso técnico-militar da Companhia de Guardas-Marinhas criado em 1782, e nos cursos para professores e alunos das escolas menores. Roque de Moura, como procurador de F. Lima, presbítero do hábito de São Pedro, clérigo secular, professor de retórica, portou *Institutiones philosophicae, ac mathematicae ad usum scholarum piarum*, de Corsini e *Philosophia universalis*, de Du Hamel, título remetido duas vezes.

Em 1796, o *Vocabulario portuguez e latino* do Padre Bluteau mereceu atenção de Antonio Soares e do Padre Joze Nunes, que transportaram dez exemplares. Acrescentado do *Diccionario poetico*, de Cândido Lusitano, pseudônimo de Francisco Joze Freire. Do mesmo autor, o *Secretario portuguez, ou methodo de escrever cartas* foi remetido por um padre e dois portadores. Para o novo método de ensino da gramática latina estavam Aristoteles, Cicero e Quintiliano, Ovídio, Phedro, Quintiliano, Salústio, Terencio, Horácio. Mais, *Novo methodo da grammatica latina*, de Venâncio da Costa, e *Grammatica latina, tratada por hum methodo novo e fácil*, de Luís Antonio Verney.¹⁰

Pelas aprovações aos requerimentos do Padre Antonio de Mattos, de João Gomes de Lima, foram trazidos em 1796 e por dois portadores em 1799, *Elementos da civilidade e da decencia para instrucção da mocidade de ambos os sexos*, em três partes: Elementos da civilidade e da decência. Arte de agradar na conversação. Tratado dos principais fundamentos da dança. Em *De Civilitate Morum Pueriliam*, Erasmo propôs um código de condutas, de convivência, em sociedade. Daí o conceito de civilidade. Estudando as leituras no Antigo Regime, Roger Chartier (2004: 45-89) buscou atualizar o significado nos dicionários clássicos franceses, da *Academia* (1694), de *Furetière* (1690), de *Richelet* (1680). Encontrou traços

⁹ Edições impressas em Coimbra: Imprensa da Universidade, 1773, 1784, 1795, 1801, 1805, 1816, 1826, 1842. Ver VALENTE, W. R.

¹⁰ Expressamente recomendada pela Real Mesa Censória.

comuns ao conceito, que compreendia a honestidade em comportamentos sociais, em ações e conversações, passando por um código de polidez que começaria a ser ensinado desde a infância (CHARTIER, 2004: 45-89). Assim, civilidade ou etiqueta entrara para o currículo das escolas no contexto das reformas pombalinas.

As belas-letas chegaram em 1799 trazidas em três ou seis exemplares: *Obras poéticas*, de Bocage, *Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift¹¹, *Robinson Crusóé*, de Daniel Defoe, *Fabulas*, de Esopo, *Aventuras de Telêmaco*, de Fénelon, *Herminia*, de Soares Franco, *Marilia de Dirceo*, de Gonzaga, *Lances de zelos e amor* e *Don Quixote de la Mancha*, de Cervantes.

Na segunda metade do século XVIII, os livros em Pernambuco formaram, em grande parte, a “biblioteca do bom vigário”, como Chartier (2004:181) denominou o conjunto de bíblias, catecismos, sermões, epístolas, instruções para confessores, espiritualidade, como *Imitação de Cristo*, vida dos santos e folhinhas de reza. Em vilas e cidades, religiosos ou letrados exercitaram as leituras determinadas pela Real Mesa Censória. Talvez alguns títulos chegassem sob capas, trazidos por marinheiros ou viajantes com informações que aproximavam as distâncias e provocavam surpresas, indignação ou concordância com idéias, fatos ou acontecimentos registrados ou narrados. Pouco ou quase nada as petições informaram sobre as profissões, atividades dos portadores, ou destinos dos livros arrolados em ínfimas quantidades. Como se desenvolveram as práticas de leitura ou como os métodos de apropriação do conhecimento eram repassados, interpretados, aplicados, são questões não totalmente resolvidas, carentes de documentação não localizada em Pernambuco.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, A. B. de. Contribuição dos portugueses para a formação do Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 5, 1965, Coimbra. **Actas.**

BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco. AHU. **Ofício do desembargador e ouvidor geral da Capitania de Pernambuco**, Antonio José Pereira Barroso de Miranda Leite ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo

¹¹ Livro proibido de circular em Portugal a partir de 27.07.1801. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/base_temporal/Historia/historia.htm>

e Castro, enviando cópia do inventário dos bens do Bispo de Pernambuco, D. Thomaz da Encarnação. Cx. 151, D. 10961.

CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Edusp, 1978.

CHARTIER, R. O homem de letras. In: VOVELLE, M. (Org.) **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Presença, 1997.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Unesp, 2004.

CODIGO Philippino ou ordenações e leis do Reino de Portugal. Brasília: Senado Federal, 2004. [Ed. fac-similar]

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986.

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Alpiarça, PT: Passagens, 1997.

FRANCO, J. E. **Quem influenciou o marquês de Pombal?** Disponível em:

< www.realgabinete.com.br/colóquio/3_coloquio_outubro/paginas/12htm>

FURETIÈRE, A. Dictionnaire universel, contenant généralement tous les mots français, tant vieux que modernes, et les termes des sciences et des arts. La Haye: P. Husson, 1727. Apud NEGRONI, B. **Lecture interdites: le travail des censeurs au XVIII^e siècle, 1723-1774**. Paris: A. Michel, 1995.

GENOVESI, A. **A instituição da lógica**. Rio de Janeiro: PUC, 1977.

MANGUEL, A. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PAIM, A. Introdução. In: GENOVESI, A. **A instituição da lógica**. Rio de Janeiro: PUC, 1977.

SANCHES, A. N. R. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003.

SILVA, A. D. da. **Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das Ordenações**. Lisboa: Maignense, 1825-1830.

TOLLENARE, L. F. **Notas dominicais**. Recife: SEC, 1978.

VALENTE, W. R. **Uma história da matemática escolar no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1999.

VERRI, G. M. W. **Tinta sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII**. Recife: Edufpe, 2006.

VILHENA, L. dos S. **Pensamentos políticos sobre a Colônia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987.

VOLTAIRE, F.-M. A. **Dicionário filosófico**. São Paulo: M. Claret, 2002.

VOVELLE, M. **O homem do Iluminismo**. Lisboa: Presença, 1997.